

À CATEGORIA POLÍTICO CULTURAL DE AMEFRICANIDADE COMO TENSIONAMENTO AFRODIÁSPORICO À IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

Sofia Maria C. Nicolau & Steffane P. Santos***

Resumo: O presente trabalho busca tensionar a formação da identidade nacional brasileira, tendo em vista seu profundo alicerce colonial, calcado na ideologia de branqueamento e na democracia racial. Para isso, acionamos a categoria amefricanidade, desenvolvida por Lélia Gonzalez, como tensionamento à narrativa hegemônica da constituição cultural do povo brasileiro e conseqüentemente sua identidade nacional, inserindo a importância da diáspora negra nas dinâmicas de formações culturais dentro e fora das fronteiras do Estado brasileiro. Assim, o trabalho em tela explora a tentativa de estabelecimento de uma identidade nacional brasileira a partir de processos homogeneizantes de assimilação cultural, que suprimiram identidades negras e indígenas. Com isso, resgatamos aspectos da formação cultural brasileira a partir de uma influência amefricana, transpassando, com isso, as fronteiras do estado-nação. Encaramos com a categoria político-cultural de amefricanidade como de resgate de uma América Latina e um Brasil que não tem como base sua formação apenas a influência europeia, mas antes de tudo, seu alicerce negro e indígena.

Palavras-chave: Identidade nacional; Amefricanidade; Diáspora negra.

THE POLITICAL AND CULTURAL CATEGORY OF AMEFRICANITY AS AN AFRO-DIASPORIC TENSION OF THE BRAZILIAN NATIONAL IDENTITY

Abstract: The present paper seeks to straining the formation of Brazilian national identity, in view of its deep colonial foundation, based on the ideology of whitening and racial democracy. For this, we use the category of amefricanity, developed by Lélia Gonzalez, to tension the hegemonic narrative of the cultural constitution of the Brazilian people and consequently its national identity, inserting the importance of the black diaspora in the dynamics of cultural formations inside and outside the borders of the Brazilian state. Thus, the work in question explores how an attempt was made to institute a Brazilian national identity based on homogenizing processes of cultural assimilation, which in turn suppressed black and indigenous identities. With this, we rescue aspects of the Brazilian cultural formation based on the African influence and, finally, we approach the need to cross the

* Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrou a Gestão Ponta de Lança, primeira gestão majoritariamente negra do Centro Acadêmico de Ciências Sociais. Construtora e uma das idealizadoras do Coletivo Retomadas Epistemológicas. Representante discente no departamento de sociologia da UFMG entre 2018 e 2020. Monitora da disciplina Sociologia II, atuou como monitora voluntária na disciplina sociologia urbana. Participou do Centro de Estudos Urbanos da UFMG (CEURB), atuou como voluntária de iniciação científica no Grupo de Estudos de Filosofia, Direito e Poder (GFDP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2478-0526>. Contato: sofiacarmo56@outlook.com.

** Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Constrói o Coletivo Retomadas Epistemológicas. Estagiária no Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG). Coordenou a Gestão Ponta de Lança do Centro Acadêmico de Ciências Sociais entre 2018 e 2019. Colaborou com o Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG) entre 2019 e 2021. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6457-7517>. Contato: steffanespereira@gmail.com.

borders of the nation-state. In this sense, we face the political-cultural category of amefricanidade as a rescue of Latin America, which is not based on European influence, but first and foremost on black and indigenous foundations.

Keywords: National identity; Amefricanidade; Black diaspora.

LA CATEGORÍA POLÍTICA Y CULTURAL DE AMEFRICANIDADE COMO TENSIÓN AFRO-DIÁSPORA A LA IDENTIDAD NACIONAL BRASILEÑA

Resumen: El presente trabajo busca tensionar la formación de la identidad nacional brasileña, en vista de su profundo fundamento colonial, basado en la ideología del blanqueamiento y la democracia racial. Para ello, utilizamos la categoría de amefricanidade, desarrollada por Lélia Gonzalez, para tensionar la narrativa hegemónica de la constitución cultural del pueblo brasileño y consecuentemente su identidad nacional, insertando la importancia de la diáspora negra en la dinámica de las formaciones culturales dentro y fuera de las fronteras del Estado brasileño. Así, la obra en cuestión explora cómo se intentó establecer una identidad nacional brasileña basada en procesos homogeneizadores de asimilación cultural, que a su vez suprimieron las identidades negra e indígena. Con esto, rescatamos aspectos de la formación cultural brasileña de la influencia africana y finalmente abordamos la necesidad de cruzar las fronteras del estado-nación. En este sentido, nos enfrentamos a la categoría político-cultural de la anfictionía como rescate de una América Latina, que no se basa en la influencia europea, sino, en primer lugar, en los fundamentos negros e indígenas.

Palabras clave: Identidad nacional; Amefricanidade; Diáspora negra.

1 Introdução

A formação nacional brasileira foi influenciada pelo mito da democracia racial, isto é, a falácia de um convívio racial harmonioso no Brasil, a partir da perspectiva de que o país é constituído por diversas raças e por isso, nossos problemas sociais não advêm das assimetrias raciais, mas de desigualdades de classe. A democracia racial omite a multifacetada questão étnica brasileira, enquanto mito que foi difundido dentro das ciências sociais brasileiras por sociólogos como, dentre outros, Gilberto Freyre.

A historicidade brasileira demarcou experiências étnicas plurais que foram fundamentais para a multiculturalidade do país e que não foram consideradas no processo de consolidação da identidade nacional no Brasil. Negros e indígenas têm influência direta na formação histórica, política e cultural, no entanto, suas identidades foram subalternizadas e suas práticas culturais foram suprimidas.

O processo de delimitação da identidade nacional brasileira, destarte, encobre não apenas as intensas dinâmicas culturais que se desenvolveram, como também as dinâmicas coloniais responsáveis pelo apagamento da pluralidade cultural que se estabeleceu no país, forjando a ideia de que os processos no Brasil aconteceram de maneira harmoniosa, e não violentas social, cultural e historicamente como foram.

Desse modo, a presente pesquisa objetiva explorar a formação da identidade nacional brasileira. Discutimos como essa identidade nacional é formada, sobretudo, a partir da invisibilização da contribuição cultural de grupos marginalizados e a da ideologia do branqueamento. Para tal, partimos de uma revisão de literatura, dialogando com autores que abordam o processo de construção da identidade nacional e filtrando, a partir das dinâmicas sócio históricas brasileiras, as especificidades que tangem a construção e o sentido da identidade nacional no país.

Assim, a partir de uma revisão de literatura, faremos um diálogo entre autores que abordam a formação da identidade nacional, nacional e pertencimento nacional e autores brasileiros que denunciam o processo violento de constituição dessa formação no Brasil. Dentro os autores acionados estão Stuart Hall¹, Benedict Anderson², Aníbal Quijano³ e Achille Mbembe⁴.

Por fim, será mobilizada a categoria político-cultural de amefricanidade, desenvolvida por Lélia Gonzalez⁵, como um dos pilares centrais do presente trabalho. A amefricanidade é utilizada neste trabalho como forma de retomada das dinâmicas que se desenvolveram com a diáspora negra, sendo a linguagem um dos objetos principais para compreender a influência dos negros em diáspora e dos povos indígenas na formação cultural brasileira.

Cabe salientar que a categoria proposta por Gonzalez tem sido difundida através dos trabalhos de diversas pensadoras negras brasileiras, sendo usada para os mesmos fins que a utilizamos na presente comunicação, como categoria de análise e como tensionamento.

¹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

² ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

³ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura. MENEZES, Maria Paula. (org.) *Epistemologias do Sul*. janeiro, 2009. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, globalização e democracia. *DEP: Diplomacia, Estratégia e Política*. Projeto Raúl Prebisch n. 6. abril/junho, 2007. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2007.

⁴ MBEMBE, Achille. *A Crítica da Razão Negra*. Portugal: Antígona, 2018.

⁵ GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade (1988) In: *Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana, 2018.

Os trabalhos de Flávia Rios, Raquel Barreto e Thula Pires, entre outras, têm se dedicado à mobilização da categoria. O artigo *Direitos humanos e América Latina: Por uma crítica amefricana ao colonialismo jurídico* (2019) de Thula Pires, mobiliza a categoria político-cultural de amefricanidade como proposta de repactuação político-epistêmica do direito, o que demarca a propagação da categoria.

Retomando a estrutura do artigo, em caráter conclusivo, nos propomos a pensar a amefricanidade enquanto uma categoria que demarca a diáspora, discutindo-a como transgressão às fronteiras do estado-nação⁶ e, portanto, como descontinuidade à coerência entre raça, cultura e nação desenvolvida e criticada Paul Gilroy⁷.

2 A formação da identidade nacional brasileira

Para Stuart Hall⁸, as identidades nacionais derivam de uma cultura nacional, isto é; “um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”.⁹ Assim, essa cultura nacional é constituída a partir de estratégias discursivas que constroem a ideia de um pertencimento nacional.

Analogamente, para Benedict Anderson (2008) a condição nacional e o nacionalismo são produtos culturais específicos. Sendo a nação compreendida como uma comunidade política imaginada, marcada por ser limitada e ao mesmo tempo soberana. Desse modo, é possível vislumbrar que a cultura nacional incorpora aspectos culturais, fomentados a partir das especificidades de cada território. O nacionalismo é, portanto, produto de grandes sistemas culturais que o precederam, e a partir dos quais ele surge para Anderson (2008).

Isto posto, para compreender a formação da identidade nacional brasileira é preciso levar em consideração as estratégias de criação de um pertencimento nacional, assim como os processos pelos quais as fronteiras culturais e linguísticas são estabelecidas. Para isso, é importante pensar o processo de formação da identidade nacional do Brasil enquanto nação formada a partir dos processos coloniais.

Paralelamente, Michel Debrun¹⁰ se propõe a discutir o que é ser brasileiro. O autor traz apreensões caras para a discussão, sobretudo, sobre a dificuldade de aplicar a ideia de

⁶ É uma escolha consciente e proposital das autoras o uso do termo em minúsculo.

⁷ GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

⁸ HALL, A *identidade cultural na pós-modernidade*, cit.

⁹ *Ibidem*, p. 31.

¹⁰ DEBRUN, Michel. A identidade nacional brasileira. *Estudos Avançados*, v. 4, n. 8, p. 39-49, 1990.

nação no caso do país. O autor aborda que o que é nacional no Brasil, não é popular, e o que é popular, não é nacional, o que destoa o país do tipo ideal de nacional-popular. Com isso, Debrun aponta três teses que vêm sendo desenvolvidas: (a) a identidade brasileira não é uma só, suas dimensões política e cultural, não têm caminhado juntas; (b) o advento de uma identidade nacional forte, na área cívico-política, tem sido bloqueado desde as origens e (c) no âmbito sociocultural esses bloqueios não aconteceram, embora a marginalização do segmento de pessoas negras tenha acontecido.

Sobre o bloqueio do advento de uma identidade nacional forte, o Brasil não dispunha de uma identidade homogênea e floresceram pseudo-identidades, outorgadas por grupos dominantes: Igreja, Exército e Estado. Em relação ao campo sociocultural, para Debrun (1990) houve uma expansão da esfera sociocultural e da identidade nacional. Ocorre uma solidificação da afirmação negra e de outras camadas subalternizadas. Há, para o autor, explicações para esse processo: é um fenômeno tanto natural quanto uma resposta à exclusão da identidade cívico-política e pode ser entendida como uma tentativa por parte dos grupos dominantes de neutralizar as aspirações cívico-políticas de segmentos subalternizados.

Nessa diretriz, é possível observar nas duas hipóteses de explicação para a expansão da esfera sociocultural, que a cultura negra e indígena brasileira se apresentam como centrais para a formação de uma união sociocultural. Apesar de todas as múltiplas contribuições na formação cultural brasileira, é importante ressaltar os efeitos da colonização e consequentemente do racismo sobre as relações sociais e culturais no país. Assim, ao explicar sobre o nacionalismo latino-americano, Aníbal Quijano¹¹ afirma que:

O nacionalismo latino-americano foi concebido e atuado a partir dessa perspectiva eurocêntrica de Estado-nação e nacionalismo, como uma lealdade a uma identidade estabelecida ou assumida pelos beneficiários da colonialidade do poder, à margem e não poucas vezes contra os interesses dos explorados/dominados colonial e capitalisticamente.¹²

A colonialidade do poder, discutida por Quijano se apresenta como um sistema de dominação social que consiste na classificação social da população do planeta, ao redor da ideia de raça, propondo assim a existência de uma raça superior, empregando aos europeus o atributo de “raça branca” e a todos os dominados, não-europeus, o atributo de raças de cor.

Dessa maneira, o processo colonial e a perpetuação da colonialidade após o período colonial no Brasil, moldou a concepção de nacionalismo e nação no país através da

¹¹ QUIJANO, Colonialidade do poder, globalização e democracia, *cit.*

¹² *Ibidem*, p. 160.

hegemonia do eurocentrismo. Quijano¹³ afirma que a colonização despojou a população colonizada de seus saberes e imperou a perspectiva eurocêntrica nas relações intersubjetivas.

O Brasil se constitui, inegavelmente, por intensas dinâmicas raciais e sociais. A tentativa da construção de uma nação no país, se dá após a destituição e proclamação da independência do Brasil da coroa portuguesa. José Luiz Fiorin¹⁴ corrobora que a construção da nacionalidade brasileira começa então com a nacionalização do monarca, mediante a percepção de que Pedro I renuncia a Portugal e assume a nacionalidade brasileira.

A construção dessa nacionalidade vigora não através do levante da cultura brasileira e seus aspectos de pluralidade celebrados, mas mediante influência lusitana, que conduziu o processo, operou como tentativa de engendrar solidariedade e impulsionou processos como a presença da ideologia do branqueamento e a supressão de culturas de povos subalternizados. Não há uma ruptura com as influências coloniais para a tentativa de homogeneizar e criar uma identidade nacional efetivamente brasileira e isto se vincula à colonialidade.

Achille Mbembe¹⁵ ao explorar sobre a diáspora como momento constitutivo da modernidade, apresenta as mudanças das relações entre metrópole e colônia:

Com as estruturas imperiais do mundo atlântico arruinadas e substituídas pelos Estados-nações, as relações entre as colônias e a metrópole sofreram alterações. Uma classe de brancos crioulos se implantou e consolidou sua influência. As velhas questões de heterogeneidade, diferença e liberdade foram ressuscitadas, ao passo que as novas elites se aproveitaram da ideologia da mestiçagem para negar e desqualificar a questão racial. A contribuição dos afro-latinos e dos escravos negros para o desenvolvimento histórico da América do Sul acabou sendo, se não apagada, pelo menos severamente ocultada.¹⁶

Esse ocultamento das contribuições de afro-americanos no desenvolvimento histórico, pode ser compreendida, no Brasil, a partir das ideologias de embranquecimento e assimilação cultural¹⁷, que culminam na democracia racial. Dessa forma, inferimos que a identidade nacional brasileira é, sobretudo, um projeto fruto da democracia racial, fruto de um imaginário nacional calcado na falsa cordialidade e convívio harmonioso entre raças, sendo um discurso com raízes profundamente coloniais. A democracia racial que emoldura a identidade nacional brasileira, é consolidada por Abdias Nascimento como:

¹³ QUIJANO, Colonialidade do poder, globalização e democracia, *cit.*

¹⁴ FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*, n. 1, 2009.

¹⁵ MBEMBE. *A Crítica da Razão Negra*, *cit.*

¹⁶ *Ibidem*, p. 37.

¹⁷ A assimilação cultural está relacionada a processos em que grupos sociais denominados como “diferentes” se inserem dentro dos âmbitos de uma sociedade.

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da “mancha negra”; da operatividade do “sincretismo” religioso à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra-senha desse imperialismo da branqueamento, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes.¹⁸

Em paralelo, a mestiçagem é entendida por Kabengele Munanga¹⁹ como articulada no pensamento brasileiro tanto em sua forma biológica, que se dá pela miscigenação quanto em sua forma cultural materializada pelo sincretismo cultural. Nessa acepção, seria desencadeada uma sociedade unirracial e unicultural. Há na mestiçagem, uma ruptura com a sociedade pluricultural para o encargo do genocídio e etnocídio de toda a diversidade cultural da formação brasileira. Objetivava-se, portanto, a criação de uma nova “raça e civilização”, que se constituiria como a nova etnia nacional

Assim, a mestiçagem é um modelo assimilacionista, enquanto uma ideologia hegemônica baseada no ideal do branqueamento, propondo a assimilação da sociedade brasileira: plurirracial e multicultural, à uma identidade nacional em construção, pensada a partir de uma perspectiva eurocêntrica, fazendo com que as identidades negras e indígenas fossem inibidas de operarem à chamada cultura nacional. A ideia de uma nova etnia nacional²⁰, para Munanga é resultado de uma unidade proposta através do processo continuado e violento de unificação política, que se deu por meio da supressão da pluralidade das identidades étnicas brasileiras.

Nessa perspectiva, a formação do estado-nação, coincide com o processo continuado de homogeneização cultural, na tentativa de inaugurar um produto coeso, que seria a identidade nacional. A identidade nacional constituída através de signos e símbolos

¹⁸ NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado*: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978, p. 93.

¹⁹ MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Autêntica Editora, 2019.

²⁰ Conceito proposto por Darcy Ribeiro em *O povo brasileiro* e discutido por Kabengele Munanga (2019).

que incorporariam um caráter autóctone a sociedade brasileira, são fundamentadas em teorias racistas e influenciadas pelo poder hegemônico eurocêntrico.

3 Tensionamento à identidade nacional

Compreendida a problemática da formação da identidade nacional e suas implicações, pretendemos questionar, para além da formação da identidade nacional, a própria ideia de uma identidade nacional. Isso porque, a unificação da cultura nacional na figura de uma identidade nacional brasileira expressa o apagamento de uma multiplicidade de dinâmicas culturais que se manifestam dentro e fora dos limites territoriais brasileiros.

O Brasil possui uma mentalidade colonial, isto é, a psicologia coletiva na nação segue os pressupostos da colonização. Para subverter esse cenário, Guerreiro Ramos²¹ propõe uma autodeterminação, possível a partir da redução sociológica. Apesar de os mecanismos para essa autodefinição nacional serem, para o sociólogo, econômicos, nos atemos aqui aos mecanismos de poder que configuraram uma cultura nacional pautada em ideais europeus. Nessa diretriz, para Lélia Gonzalez²², a ideia de que o inconsciente brasileiro em particular, e latino-americano em geral, é formado a partir da influência europeia e branca é errônea em sua efetividade, sobretudo ao analisar como o Brasil opera cultural, histórico e politicamente.

É nesse sentido que a amefricanidade é acionada enquanto um tensionamento e alternativa à ideia de identidade nacional e como forma de subverter a mentalidade colonial brasileira. No artigo *A categoria político-cultural de amefricanidade* (1988), o conceito de amefricanidade é cunhado por Lélia Gonzalez²³ como um resgate da influência efetiva na formação histórico-cultural brasileira, comportando negros em diáspora e comunidades tradicionais das Américas. A categoria aponta para um entendimento mais amplo da experiência negra nas Américas²⁴.

Designa, sobretudo, toda uma descendência, não se referindo somente a escravização, que trouxe negras e negros de África para o continente americano, mas também os povos indígenas que antes da colonização se encontravam no continente. Nessa

²¹ RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

²² GONZALEZ, A categoria político-cultural de amefricanidade, *cit.*

²³ *Idem.*

²⁴ Ver: BARRETO, Raquel. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura); RIOS, Flavia; RATTIS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: *Pensadores negros-pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: MC&G Editorial. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2016.

diretriz, muitas de nossas características e heranças culturais não são apenas oriundas dos processos culturais colonizadores, advindos do continente europeu, como também do continente africano e da América Latina. Assim, Gonzalez salienta:

Para além de seu caráter geográfico, ela designa todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretção, criação de novas formas) referenciada em modelos africanos e que remete à construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que essa categoria está intimamente relacionada àquelas de panafricanismo, *négritude*, *blackness*, *afrocentrity* etc. Seu valor metodológico, a nosso ver, está no fato de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que formaram uma determinada parte do mundo. Em consequência, o termo amefricanas/amefricanos nomeia a descendência não só dos africanos “gentilmente” trazidos pelo tráfico negreiro como daqueles chegados à América antes de seu “descobrimento” por Cristóvão Colombo. A presença amefricana constitui marca indelével na elaboração do perfil do chamado Novo Mundo, apesar da denegação racista que habilmente se desloca, manifestando-se em diferentes níveis (político-ideológico, socioeconômico e psicocultural).²⁵

Paralelamente a isto, Fiorin, a partir disso, aponta para a identidade nacional brasileira como um discurso. A nação é encarada como uma comunidade de destino, acima das classes, regiões e raças. A constituição da nação brasileira é construída após a independência proclamada por Portugal, sem uma ruptura com a antiga metrópole. Um dos aspectos importantes para se pensar os processos e dinâmicas culturais brasileiras é a literatura. Fiorin²⁶ apresenta o papel da literatura no trabalho de constituição da nacionalidade, retomando José de Alencar com a obra *O guarani*.

Começa-se, no Romantismo, a construir a noção de que cultura brasileira se assenta na mistura. O romance *O guarani*, de José de Alencar, concebe um mito de origem da nação brasileira. Peri e Cecília constituem seu casal inicial, formado por um índio que aceitara os valores cristãos (1995, p. 268-279) e por uma portuguesa que acolhera os valores da natureza do Novo Mundo (1995, p. 279-280). Essa nação teria, portanto, um caráter cultural luso-tupi. O mito de origem de nosso país opera com a união da natureza com a cultura, ou seja, dos valores americanos com os europeus. O Brasil seria, assim, a síntese do velho e do novo mundo, construída depois da destruição do edifício colonial e dos elementos perversos da natureza. Os elementos lusitanos permanecem, mas modificados pelos valores da natureza americana. A nação brasileira aparece depois de um dilúvio, em cuja descrição se juntam os mitos das duas civilizações constitutivas de nosso povo, o de Noé e o de Tamandaré (1995, p. 291-296).²⁷

Nesse trecho, se faz notória a presença de características de uma cultura assimilacionista, que ratifica a construção de mitos como o do convívio harmonioso entre raças e suprime de maneira concreta a autonomia de povos indígenas com o processo de

²⁵ GONZALEZ, A categoria político-cultural de amefricanidade, *cit.*, p. 151-152.

²⁶ FIORIN, A construção da identidade nacional brasileira, *cit.*

²⁷ *Ibidem*, p. 119.

catequização. Houve no período, uma tentativa de criar homogeneidade e sentimento de pertencimento.

Fiorin atribui também que o ideal assimilacionista foi celebrado, colocando a perspectiva de mistura das raças enquanto algo completo. Não obstante, a mistura entre pessoas negras e brancas não era desejável, por se tratarem de escravizados. Posteriormente, essa negação endossou o discurso da democracia racial e da ideologia do branqueamento.

O caráter assimilacionista da tentativa de constituição de uma identidade concreta brasileira foi incorporado primordialmente por segmentos dominantes, isto é, segmentos brancos, que propagaram a marginalização da cultura de negros e indígenas brasileiros.

Em seguimento, uma segunda perspectiva para se compreender as dinâmicas supracitadas é a linguagem. A linguagem é para Lélia Gonzalez²⁸, antes de tudo, epistêmica. Um dos âmbitos que consolida a amefricanidade como uma categoria fundante no caso brasileiro, é a nossa linguagem. Isso porque a linguagem é uma das bases para a consolidação de uma identidade nacional, para a homogeneização de dinâmicas culturais. Benedict Anderson ao explicar sobre a formação da consciência nacional, aponta como, a partir do mercado editorial, a nação para se constituir demandou a criação de comunidades monoglotas. Ou seja, a unificação de uma língua é aspecto importante para a constituição de uma unidade nacional.

No Brasil, o processo de consolidação de uma língua oficial significou o apagamento de uma diversidade de línguas africanas e indígenas, para que se pudesse instituir o português. Ilustrando a importância da linguagem no processo de dominação colonial, Frantz Fanon afirma que “falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”.²⁹ Dessa forma, a oficialização do português como língua brasileira é uma das facetas do projeto de expropriação cultural dos povos colonizados.

Sob essa tônica, Gabriel Nascimento em seu livro *Racismo linguístico: Os subterrâneos da linguagem e do racismo* (2019), compreende a língua como uma comunidade imaginada, isto é, baseada nas identidades nacionais do projeto europeu de modernidade. Assim, para o autor, a língua é utilizada para produzir a diferença em sua trajetória de dominação colonial, impondo línguas europeias aos povos colonizados. “O combate a línguas já faladas pelos povos originários negros e indígenas figura como um dos

²⁸ GONZALEZ, A categoria político-cultural de amefricanidade, *cit.*

²⁹ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba, 2008, p. 33.

primeiros atos do mito da brasilidade linguística entre nós, gerando, ao mesmo tempo, epistemicídio e linguicídio”.³⁰

Como exemplo do apagamento de línguas indígenas, Nascimento³¹ apresenta que, em um primeiro momento, portugueses e indígenas não se comunicam em português, mas na chamada língua geral, uma língua de origem tupinambá. Entretanto, no decorrer do processo colonizador, a língua geral foi substituída pelo latim e grego e posteriormente, pelo português. O autor compreende o linguicídio como uma manifestação linguística do epistemicídio³², sendo um produto da colonialidade:

O epistemicídio é linguístico quando se apropria o sujeito de seu próprio direito de produção do saber. Ou seja, quando ao sujeito negro ou indígena é negada a possibilidade de ser sujeito da língua e, portanto, compreender e modificar dinamicamente a língua.³³

Isto posto, o pretuguês, desenvolvido por Gonzalez, se apresenta como forma de retomar a agência³⁴ dos sujeitos negros na formação da língua brasileira, evidenciando os processos e trocas culturais que resultaram na língua efetivamente falada no Brasil. Sendo uma forma de tensionar o português brasileiro, resgatando os aspectos oriundos da cultura africana. Em consonância com Bell Hooks³⁵, a linguagem é compreendida, neste trabalho, enquanto um lugar de luta. Sendo encarada enquanto um mecanismo de afirmação, um resgate essencial da contribuição negra e indígena no país. Se apresenta, portanto, como um resgate de sua participação na construção de características fundantes no país.

4 Transpassando fronteiras do estado-nação

Além de apresentar-se como tensionamento ao processo de homogeneização das dinâmicas culturais brasileiras, a amefricanidade questiona os processos pelos quais essas fronteiras se constituem. A categoria emerge ultrapassando limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, possibilitando novas perspectivas para entendimento das Américas.

³⁰ NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019, p. 13.

³¹ *Ibidem*, p.13.

³² Epistemicídio é um termo cunhado por Boaventura de Sousa Santos e desenvolvido pela filósofa brasileira Sueli Carneiro (2005) em sua tese de doutoramento. Refere a um processo de apagamento do conhecimento de povos subalternizados.

³³ NASCIMENTO, *Racismo Linguístico, cit.*, p. 26.

³⁴ O referencial teórico mobilizado para conceituar agência no presente trabalho é oriundo das contribuições da antropóloga Sherry Ortner em Poder e Projetos: Reflexões sobre a agência. In: *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*, p. 45, 2007.

³⁵ HOOKS, Bell. A margem como um espaço de abertura radical. In: *Anseios: Raça, gênero e políticas culturais*. São Paulo: ed. Elefante, 2019.

O conceito realoca as identidades negras e indígenas de todo o continente americano. Assim, consoante a Flávia Rios e Alex Ratts³⁶, o termo assumiria contornos geográficos, políticos, antropológicos e históricos, na medida em que incorporaria culturas de resistência em diferentes partes das Américas. A categoria é compreendida de maneira imbricada à diáspora.

Enquanto amefricanos, nossos corpos se localizam ultrapassando a visão mitificada sobre África, como também retomando nossa visão para a realidade de pessoas negras no continente americano, isto é, experiências situadas de pessoas negras em diáspora. A experiência da diáspora negra remonta dinâmicas e processos únicos, que são produtos da vivenciação do racismo de maneira distintiva da vivida por negras e negros que se mantiveram no continente africano. Sendo, portanto, uma categoria que anuncia as dinâmicas diversas ocorridas na América Latina ou Améfrica Ladina, como prefere Lélia Gonzalez.

A amefricanidade, assim, foge da ideia de sistemas culturais isolados que engendram a concepção de que a nação é homogênea etnicamente, ao expandir a brasilidade à uma categoria mais ampla, a amefricanidade. Gonzalez ao propor a categoria entra em consonância com a proposição do atlântico negro proposta por Paul Gilroy em *O atlântico negro* (2012): “As especificidades da formação política e cultural moderna que pretendo chamar atlântico negro pode ser definida, em um nível, por esse desejo de transcender tanto as estruturas do estado-nação como os limites da etnia e da particularidade nacional”.³⁷

Paul Gilroy aborda de forma crítica as formações culturais inglesas, retomando a agência dos povos negros e as formas culturais distintas dessa formação. A partir disso, a ideia de nação como uma unidade homogênea, assim como o que ele chama “absolutismo étnico” são criticadas. Além disso, é apontada a necessidade de compreender a relação dos estudos culturais com o etnocentrismo e o nacionalismo a partir de uma crítica a forma com que foi mobilizada a noção de etnia, isto é, “como parte da hermenêutica distintiva dos estudos culturais ou com a posição irrefletida de que as culturas sempre fluem em padrão correspondentes às fronteiras de estados-nações essencialmente homogêneos”.³⁸

Em oposição às abordagens nacionalistas ou etnicamente absolutas, quero desenvolver a sugestão de que os historiadores culturais poderiam assumir o Atlântico como uma unidade de análise única e complexa em suas discussões do mundo moderno e utilizá-la para produzir uma perspectiva explicitamente transnacional e intercultural. Além do confronto com a historiografia e a história

³⁶ RIOS; RATTS, A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez, *cit.*

³⁷ GILROY, *O Atlântico Negro*, *cit.*, p. 65.

³⁸ *Ibidem*, p. 39.

literária inglesa, isso acarreta um desafio aos modos como as histórias culturais e políticas dos negros americanos tem sido até agora concebidas. Quero sugerir que grande parte do precioso legado intelectual reivindicado por intelectuais africano-americanos como substância de sua particularidade é, na realidade, apenas parcialmente sua propriedade étnica absoluta.³⁹

É nesse sentido que esse legado, para Gilroy, deve ser pensado em termos da estrutura da diáspora africana. Assim, quando enfatizamos que a categoria político cultural de amefricanidade é uma categoria que abarca uma grande complexidade cultural dentro e fora dos limites territoriais brasileiros, é exatamente porque a categoria retoma esses processos pelos quais a formação da cultura brasileira acontece em relação a diáspora negra e aos povos que já existiam no diretório do território brasileiro.

A amefricanidade é, portanto, uma categoria que extrapola os limites territoriais, na medida em que estabelece um diálogo entre diferentes formas culturais híbridas que aconteceram na América Latina após a diáspora negra. Isso se torna visível no emblemático encerramento de seu texto: “Reconhecer a Amefricanidade, é, em última instância reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos”.⁴⁰

Destarte, a amefricanidade pode ser entendida como uma categoria transnacional, na medida em que, ao extrapolar as fronteiras do estado-nação e marca experiências da diáspora negra. A transnacionalidade, a partir da definição de Collins refere-se às experiências de sujeitos em diáspora, não sendo essas experiências definidas pela nação e sim marcadas pelo lugar que ocupam numa matriz de dominação⁴¹. A autora corrobora, também, que as experiências de pessoas negras ultrapassam as fronteiras nacionais, se apresentando como um continuum em diversos países, principalmente latinos e caribenhos. Collins centraliza o transnacionalismo o aplicando às mulheres negras:

Nesse amplo contexto transnacional, as mulheres de ascendência africana têm um legado distintivo e compartilhado que, por sua vez, faz parte de um movimento global de mulheres. Ao mesmo tempo, as afrodescendentes enfrentam questões específicas, relacionadas à combinação peculiar do legado das culturas africanas

³⁹ *Ibidem*, p. 57.

⁴⁰ GONZALEZ, A categoria político-cultural de amefricanidade, *cit.*, p. 333.

⁴¹ Matriz de dominação é conceituado por Patricia Hill Collins (2019) como: “organização geral das relações hierárquicas de poder em dada sociedade. Qualquer matriz específica de dominação tem: (1) um arranjo particular de sistemas interseccionais de opressão, por exemplo, raça, gênero, sexualidade, situação migratória, etnia e idade; e (2) uma organização particular de seus domínios de poder, por exemplo, estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal” (COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 460). É onde as opressões interseccionais para Collins, se originam, se desenvolvem e estão inseridas e foram concretizadas no caso estadunidense pela escola, moradia, emprego, políticas governamentais e outras instituições sociais que regulam padrões de opressão interseccional com as quais mulheres negras se deparam.

com uma história de opressões raciais promovidas pela escravidão, pelo colonialismo e pelo imperialismo, e um racismo global crescente que, auxiliado pelas tecnologias modernas, atravessa as fronteiras nacionais com velocidade vertiginosa. Por exemplo, as mulheres negras constituem um dos grupos mais pobres do Brasil, assim como as afro-americanas nos Estados Unidos. Da mesma forma, no contexto da pobreza das mulheres no mundo, as mulheres africanas continuam entre as mais pobres. Nesse sentido, as mulheres de ascendência africana têm muito em comum com a luta pelos direitos das mulheres em todo o mundo, mas levam adiante sua luta a partir das experiências da diáspora negra, caracterizadas por uma heterogeneidade substancial.⁴²

Para Collins, a opressão racial engendra essa heterogeneidade de experiências interligadas pela diáspora negra. Em consonância, para Gonzalez, essas experiências são marcadas pelo racismo, que em um país marcado pela democracia racial, particulariza as experiências raciais no Brasil. Lélia Gonzalez adverte sobre a sofisticação do racismo latino-americano, posto que esse faz a manutenção da subordinação de pessoas negras e indígenas no país. Por isso, amefricanidade urge buscando dar conta dessa dinâmica localizada:

Ontem como hoje, amefricanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim com parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades.⁴³

As experiências raciais são, portanto, mediadas pela nação, mas não determinadas. O que implica em similaridades entre negros não é o pertencimento nacional, mas a estrutura da diáspora negra, do colonialismo e do racismo. Romper com as fronteiras do estado-nação é romper com a continuidade entre raça, nação e cultura apontada por Gilroy. Demonstrando assim, que tanto a experiência racial ultrapassa o limite territorial, como expõe a falácia de compreender a nação como heterogênea em termos raciais e culturais.

Além disso, se apegar a uma relação entre raça e nação como coisas intrínsecas, engendra uma delimitação de quem pertence ou não a uma nação. Nessa direção, partindo da Alemanha, Grada Kilomba aponta que, na dinâmica dos racismos contemporâneos, não há lugar para a diferença, na medida em que indivíduos e grupos marcados pela diferença permanecem incompatíveis com a nação. No livro *Memórias da Plantação: episódios de racismos cotidianos* (2019), a autora relata sobre uma de suas interlocutoras, uma mulher

⁴² COLLINS, *Pensamento Feminista Negro*, cit., p. 375.

⁴³ GONZALEZ, A categoria político-cultural de amefricanidade, cit., p. 330.

negra e alemã, que tem sua nacionalidade questionada por ser negra, devido a construção do significado sobre o que é ser alemã. O exemplo da interlocutora de Kilomba, demonstra que o apego a uma identidade nacional implica em formas de incompatibilidade em relação ao pertencimento nacional, visto que raça e nação continuam sendo vistas como coisas imbricadas.

Paralelamente, Stuart Hall⁴⁴, adentrando a discussão sobre diferença e significação, explana sobre o significado ser relacional. A ideia de britanidade discutida é complexificada em Hall, a partir do exemplo de Linford Christie, um atleta negro britânico que ao erguer bandeira do Reino Unido após vencer uma competição olímpica é deslegitimado. Isto porque, a perspectiva sobre britanidade remete à brancura.

O significado para o autor, está na diferença entre os opostos, em oposições binárias. O mesmo é construído através da oposição com o Outro, o significado de ser britânico ou alemão é constituído através da negociação no diálogo entre culturas nacionais.

Dessa forma, a compreensão sobre britanidade e alemanidade, aqui em voga, é entendida como primordialmente branca. Essa acepção europeia denota o caráter da colonialidade, marcando sobre o que europeus não querem se assemelhar. Sendo assim, o que a europeidade não quer se parecer. Em continuidade, Kilomba evidencia que a ideia de “raça é imaginada dentro de fronteiras nacionais específicas e nacionalidade em termos de raça”.⁴⁵ Explorando que a criação da raça se perpetua dentro do que deve significar ser britânico ou alemão. A continuidade entre raça e nação engendra novas formas de racismo, tendo em vista que os racismos contemporâneos assumem outros discursos, que mobilizam diferenciação cultural e incompatibilidade com a cultura nacional.

A ideia de nação enquanto um imaginário delimitado territorialmente implica pertencimento de indivíduos a essa representação nacional, representação essa que denota afinidades e confluências culturais. A ausência do sentimento de pertencimento cria incompatibilidade cultural de determinados indivíduos ou segmentos com a cultura nacional.

Delineando as noções de reconhecimento e pertencimento no continente americano, Lélia Gonzalez⁴⁶ indica sobre a essencialização que circula a autodenominação de estadunidenses como “afro-americanos”. O termo por sua vez contribui para a perspectiva de que pessoas negras estão situadas nos Estados Unidos. Essa afirmação se perpetua na

⁴⁴ HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC RJ, 2016.

⁴⁵ KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação Episódios de Racismo Cotidiano*, Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 111-112.

⁴⁶ GONZALEZ, A categoria político-cultural de amefricanidade, *cit*.

consciência nacional norte-americana tendo em vista a consideração de um país americano, Estados Unidos como a América, mediante seu histórico imperialistas. O termo oculta a extensão do continente americano e seus muitos países, não considerando a presença de negros nos países latino-americanos. Assim, “afro-americano” não se propõe a representar negros situados em outras localidades do continente. Se constituindo de uma visão explicitamente essencializante do significado de americanidade.

Em prosseguimento, a experiência brasileira da representação nacional brasileira evoca características que elucidam um cenário social que parte da ideologia do branqueamento. A brasilidade foi construída a partir da colonialidade, buscando elementos e categorias colonizadoras para a construção dessa identificação.

A representação da brasilidade não compreende os muitos processos multiculturais da cultura brasileira. Não abarcando a contribuição negra e indígena para a formação do país, nem considerando seu lugar de latinidade. Desse modo, a brasilidade se constitui de um lugar de não pertencimento para nós negros e para povos indígenas, não inserindo suas experiências como fundamentais.

Nessa direção, Gonzalez utiliza a amefricanidade não somente para demarcar as experiências negras, mas também as indígenas em contexto latino, antes do momento colonial. Por isso, acionar a amefricanidade se demonstra fundamental para retomar e situar essas identidades silenciadas, isto porque a categoria é uma forma de abarcar uma multiplicidade de dinâmicas na América, se estendendo a todos que residem no continente americano e apontando como central a vivência na latinidade de negros e indígenas.

5 Considerações conclusivas

Lélia Gonzalez foi uma intelectual e ativista negra amefricana. Sendo filha de um homem negro e ferroviário e uma mulher indígena e doméstica. Antropóloga e filósofa, traduziu títulos essenciais da filosofia para o português. Além de seu extenso trabalho como educadora e ativista, foi uma das fundadoras do movimento negro organizado mais importante do país, o Movimento Negro Unificado (MNU). Em seu trabalho, propôs conceitos cruciais para o pensamento social brasileiro, cultura popular brasileira e se dedicando aos estudos sobre negros da diáspora. Assim, Lélia Gonzalez é uma intelectual da diáspora. Constituída por suas experiências latinas, enquanto uma mulher negra.

A categoria de amefricanidade emerge da posição de Lélia Gonzalez como mulher negra de ascendência indígena na América Latina. Esse lugar de que parte é fundamental

para se pensar a formação brasileira como multifacetada, guiada por dinâmicas culturais híbridas que muitas vezes se interseccionam. Como o Brasil, as origens de Gonzalez não são negras ou indígenas, mas ambas. Atribuir a identidade brasileira à nossa autora, pensando nos contornos que essa identidade assumiu, é escamotear suas experiências e reduzir a um rosto que não lhe pertence.

A adoção de amefricanidade abarca a possibilidade de transformações contínuas na América, dando agência àqueles que foram violentamente silenciados. É nesse sentido que a categoria de amefricanidade é uma categoria alicerçada na experiência diaspórica e indígena:

Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. Portanto, a América, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. Ontem como hoje, amefricanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada.⁴⁷

Adotar a categoria de amefricanidade é, portanto, assumir as dinâmicas culturais que aconteceram e ainda acontecem na América Latina. É vislumbrar caminhos para que essa diversidade cultural seja reconhecida, visibilizada e seus contornos permaneçam abertos para as inevitáveis transformações dos amefricanos.

⁴⁷ GONZALEZ, A categoria político-cultural de amefricanidade, *cit.*, p. 330.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARRETO, Raquel. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura).
- CARDOSO, Cláudia. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Tese de Doutorado. (Educação).
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DEBRUN, Michel. A identidade nacional brasileira. *Estudos Avançados*, v. 4, n. 8, p. 39-49, 1990.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba, 2008.
- FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*, n. 1, 2009.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. (1988) In: *Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. Nanny: Pilar da amefricanidade. (1988) In: RIOS, Flávia. LIMA, Márcia. (org.) *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2006
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC RJ, 2016.
- HOOKS, Bell. A margem como um espaço de abertura radical. In: *Anseios: Raça, gênero e políticas culturais*. São Paulo: ed. Elefante, 2019.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação Episódios de Racismo Cotidiano*, Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MBEMBE, Achille. *A Crítica da Razão Negra*. Portugal: Antígona, 2018.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Autêntica Editora, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.
- NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura. MENEZES, Maria Paula. (org.) *Epistemologias do Sul*. janeiro, 2009.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, globalização e democracia. *DEP: Diplomacia, Estratégia e Política*. Projeto Raúl Prebisch n. 6. abril/junho, 2007. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2007.
- PIRES, Thula. Direitos humanos e América Latina: Por uma crítica amefricana ao colonialismo jurídico. *LASA FORUM*, v. 50, p. 69-74, 2019.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIOS, Flavia; RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: *Pensadores negros-pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: MC&G Editorial. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2016.

Como citar este artigo: NICOLAU, Sofia Maria C; SANTOS, Steffane P. A categoria político cultural de amefricanidade como tensionamento Afrodiaspórico à identidade nacional brasileira. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 1–20, 2022.

Recebido em 23.04.2021

Publicado em 17.05.2022



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional